
VERTICALIZAÇÃO URBANA: UM NOVO FORMATO DE CIDADE MODERNA NOS SÉCULOS XX E XXI – UM ESTUDO DE CASO SOBRE CAMPINA GRANDE/PB (1960-2012)

SOUZA, Felipe Cardoso¹

Recebido (Received): 04/10/2021 Aceito (Accepted): 02/11/2021

Como citar este artigo: SOUZA, F.C. Verticalização urbana: um novo formato de cidade moderna nos séculos XX e XXI – um estudo de caso sobre Campina Grande/PB (1960-2012). **Geoconexões (online)**, v.1, n.2, p. 14-28, 2021.

RESUMO: Este artigo analisa como a cidade de Campina Grande/PB, cidade de porte médio do Nordeste, recepcionou a experiência da verticalização urbana enquanto um novo formato de cidade moderna nos séculos XX e XXI, focalizando os interesses políticos e econômicos inseridos neste processo, que transformou exponencialmente a paisagem da cidade. A partir da pesquisa, foi possível perceber como este processo modificou a cidade e a inseriu nos moldes de cidade moderna contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Colônia, Inquisição, Povos indígenas.

URBAN VERTICALIZATION: A NEW FORMAT OF THE MODERN CITY IN THE 20TH AND 21ST CENTURY – A CASE STUDY ON CAMPINA GRANDE/PB (1960-2012)

ABSTRACT: This article analyzes how the city of Campina Grande/PB, a medium-sized city in the Northeast, welcomed the experience of urban verticalization as a new format of modern city in the 20th and 21st centuries, focusing on the political and economic interests inserted in this process, which transformed exponentially the cityscape. From the research, it was possible to see how this process changed the city and inserted it in the molds of a modern contemporary city

KEYWORDS: Urban Verticalization, Campina Grande/PB, Modern Cities.

¹ Graduado em História pela UFCG e Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH/UFCG). E-mail: felipe.cardoso@estudante.ufcg.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9750-9406>

Introdução

O presente artigo analisa o desenvolvimento do processo de verticalização urbana em Campina Grande, projeto de modernidade e desenvolvimento citadino recepcionado na urbe a partir da segunda metade do século XX. Partimos de uma ótica analítica, que investiga como se deu este processo, com ênfase nos interesses e no projeto de cidade que se pretendia gestar pelos entes políticos e econômicos, que se associam aos modelos de urbanidades produzidos pelos grandes centros urbanos em diferentes temporalidades.

O nosso recorte temporal se justifica em virtude da década de 1960 demarcar a construção dos três primeiros edifícios da cidade – “O Rique”, “O Palomo” e “O Lucas”, todos localizados na região central de Campina Grande. Nos estendemos até 2012 em razão de demarcar o auge da verticalização da cidade – entre 2007 e 2012, período em que cerca de 100 prédios novos com mais de 10 andares foram construídos no município, segundo a pesquisa de Souza (2020). Para além destes critérios, o estado da Paraíba esteve entre os 10 estados que mais se verticalizaram entre os anos de 2000 e 2010, sendo João Pessoa uma das capitais com maior aumento neste processo, ainda segunda a pesquisa mencionada.

Os materiais de análise utilizados constituem-se principalmente de entrevistas orais e fotografias. Metodologicamente, lançamos mão de outros tipos de documentos suplementares à nossa análise. A literatura utilizada, por sua vez, baseia-se em autores que discutam a relação entre cidade, modernidade, paisagem e cultura.

Verticalização urbana: Uma experiência moderna

A ideia de verticalizar é antiga, a exemplo das torres das cidades antigas, a torre de babel apresentada na narrativa bíblica, as torres das igrejas católicas, a partir sobretudo do medievo, os grandes feudos medievais e sua cultura material, dentre outras demonstrações possíveis na história. Portanto, a ideia de verticalizar não é algo novo na mentalidade humana.

No entanto, a partir do século XX percebemos uma reconfiguração no conceito de “cidade”, marcada pelos ideais de “progresso” que impulsionaram projetos de urbanização a partir do século XIX, a exemplo da criação de jardins botânicos, praças e bulevares enquanto símbolos de modernidade e de uma “civilização” da paisagem citadina (ELIAS, 1994), dentre outros “símbolos do moderno” nas cidades, como cinema, energia elétrica e universidades.

De acordo com Nash (1970), toda paisagem ao nosso redor é um documento histórico que representa a história que aquele povo escreve sobre si mesmo, apresenta-se enquanto um documento de autoafirmação do homem. Neste sentido, Worster (1991) afirma que

os humanos são animais que carregam ideias, assim como ferramentas, e uma das mais abrangentes e mais consequentes delas tem o nome de “natureza”. Mais precisamente, a “natureza” não é uma ideia, mas muitas ideias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros, frequentemente da forma menos sistemática possível. Todo indivíduo e toda cultura criam esses aglomerados (WORSTER, 1991, p. 13, grifo nosso).

Ainda de acordo com o autor, a paisagem “é também uma criação das nossas mentes, e por mais que nos esforcemos para ver o que ela é objetivamente em si mesma, por si mesma e para si mesma, em grande medida caímos presos nas grades da nossa própria consciência e nas nossas redes de significados” (WORSTER, 1991, p. 13).

A partir do desenvolvimento da tecnologia do elevador, no século XIX, alguns dos primeiros prédios que impulsionaram o processo de verticalização dos grandes centros urbanos a partir do século XIX até início do século XX são o E. V. Haughwout Building e o Equitable Life Building, construídos em 1857 e 1870 respectivamente na cidade de Nova Iorque.

Figura 1 - E. V. Haughwout Building (1857)



Fonte: Internet. Disponível em <<https://vetraeelevadores.com.br/wp-content/uploads/2016/08/edif.png>> Acesso em 26/8/2021.

Figura 2 - Equitable Life Building (1870)



Fonte: Internet. Disponível em <http://s3-eu-central-1.amazonaws.com/wp-urbanhub-upload/wp-content/uploads/2016/05/19110752/600_equitable_life_assurance_building-520x391.jpg> Acesso em 26/8/2021.

Estes primeiros prédios impulsionam os processos de verticalização urbana movidos

nas cidades menores durante o século XX, inserindo estas cidades em sintonia com a modernidade. Segundo Jacques Le Goff, a partir do século XX as cidades “desafiam o céu, não mais num impulso em direção a Deus, mas numa afirmação do homem” (LE GOFF, 1998, p. 126), cidades também marcadas por uma paisagem que, segundo Berman (1986), é

altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas zonas industriais, prolíficas cidades que crescerem do dia para a noite, quase sempre com aterrador de consequências para o ser humano (BERMAN, 1986, p. 18, grifo nosso).

Percebemos, portanto, a partir do século XX e da experiência moderna uma nova configuração de cidade, com a instituição de símbolos do moderno, conforme grifados na citação anterior. Sobre estes símbolos da modernidade, aos quais se insere a verticalização urbana, Aranha (2003) afirma que

essas conquistas materiais se instituem por toda parte como símbolos modernos de valor universal, significando com isto, que qualquer contato com um ou outro desses símbolos, independentemente do porte da cidade que realiza a conquista que esta cidade passa a ser moderna ou cidade em sintonia com o mundo civilizado (ARANHA, 2003, p. 80).

Neste sentido, aquilo que se é produzido nos grandes centros urbanos instituem-se enquanto modelos e passam a ser reproduzidos nas cidades de menor porte, inserindo estas nos limites da modernidade e do progresso. Como bem observou o historiador Antônio Paulo Rezende, esta tal ideia de progresso enfeitiça os homens (REZENDE, 1992).

No Brasil, um dos primeiros edifícios construídos data-se de 1912, na cidade de São Paulo/SP, construído para fins comerciais. Para fins habitacionais, por sua vez, o primeiro edifício construído foi o Palacete Riachuelo, em 1928 também na cidade de São Paulo/SP.

Figura 3 - Palacete Riachuelo



Fonte: Internet. Disponível em <<https://abrilvejas.files.wordpress.com/2016/12/palacete-riachuelo.jpeg?quality=70&strip=info&w=400>> Acesso em 26/8/2021.

Verticalização em Campina Grande: Um projeto de “grandeza”

Em entrevista concedida ao projeto de pesquisa do autor, o renomado arquiteto campinense Geraldino Duda destaca o projeto de Austro França² para a cidade, afirmando que este “queria realmente tornar Campina uma metrópole [...], desenvolver a cidade, dar um aspecto melhor à cidade”. Segundo o colaborador, Austro França chefiou o Departamento de Planejamento e Urbanismo, na gestão do prefeito Severino Cabral (1959-1963), que, segundo o mesmo, também era outro homem de visão e foi uma personalidade política importante para este período de modernização da cidade; “esse povo todo era audacioso”, reforça o entrevistado.

² Engenheiro e arquiteto nascido em 1922 em Campina Grande, formado pela Escola de Engenharia da Universidade do Recife (atual Universidade Federal de Pernambuco) em 1948. Concretizou em Campina Grande dezenas de obras, sobretudo condomínios de alto padrão que até hoje são referências, a partir de sua empresa Belfran Engenharia e Promoções Ltda. Dentre suas principais obras estão a ampliação e reforma da Praça Clementino Procópio, a maternidade ISEA e o Teatro Municipal Severino Cabral (junto de Geraldino Duda), todas estas obras estão localizadas no eixo Centro-Açude Velho. O blog Retalhos históricos de Campina Grande considera Austro França como “o verticalizador de Campina Grande” (Retalhos históricos de Campina Grande, 2016. Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com/2015/07/revista-campina-seculo-e-meio-n-04.html#.XQ_IG-hKjIU> Acesso em 26 de agosto de 2021.

Dialogando com Pesavento (2007), sugerimos pensar que os processos de urbanização que se alinham a ideais de modernização, “realizados ou não, eles são a inscrição de uma vontade e de um pensamento sobre a cidade e, logo, são matérias da história, porque fazem parte da capacidade imaginária de transformar o mundo” (PESAVENTO, 2007, p. 17), neste sentido, estes projetos, dialogam com “as representações que se constroem na e sobre a cidade, ou seja, com o imaginário criado sobre ela” (PESAVENTO, 2007, p. 15) em que se inserem os discursos imagéticos representados pela cultura material da cidade.

Em se tratando deste jogo de representações do (no) espaço urbano, Chartier (1990) nos ajuda a pensar nestas transformações paisagísticas enquanto resultado de uma construção coletiva, determinada “pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17). O autor ainda chama atenção para o fato de que estas

lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para Geraldino Duda, Campina Grande neste período era uma cidade industrial, possuindo indústrias, prensas de algodão e minério; neste sentido, reforça que “Campina foi sempre audaciosa, nessa questão de edifício Dr. Austro lutou muito por isso, para verticalizar Campina [...], então ele fez vários edifícios, foi quem mais construiu, foi ele”. O entrevistado conclui afirmando, a partir do seu lugar de fala enquanto engenheiro e arquiteto, que “uma cidade que se verticaliza todo mudo acha que ela está em desenvolvimento”.

Em pesquisa realizada no Átila Almeida (Universidade Estadual da Paraíba – UEPB), a partir das leituras do Diário da Borborema, percebemos na década de 1980 discursos que recuperam a vocação progressista de Campina Grande e a ânsia pelo progresso. Nestes discursos, a atuação dos comerciantes chama atenção para pensarmos como a noção de desenvolvimento e progresso estava na ordem do dia, conforme citação abaixo:

Nenhum povo poderá alcançar índices desejáveis de progresso, sem que, para isto, conte com uma estrutura de Comércio. [...] Nesse conjunto, a participação de nós, comerciantes, é por demais importante, indispensável no processo de progresso acelerado que vive o nosso país. [...] A nós [comerciantes], como importante segmento da sociedade, foi reservado o papel de defensor dos grandes interesses nacionais que, por fim, traduzem os nossos próprios (O DIÁRIO DA BORBOREMA, 01/02/1980).

Sobre a ânsia de Campina Grande em se colocar em igualdade aos grandes centros urbanos, destacamos a seguinte publicação do jornal na década de 1980:

O empresário campinense Raimundo Lira, ao discursar, anteontem, no jantar de homenagens oferecidos pelo Governador Tarcísio Burity e pela Secretaria de Finanças aos 100 maiores contribuintes do Estado, exortou o Governo do Estado a consolidação e permanência do “status” de Campina Grande, como maior cidade do Norte e Nordeste do Brasil. [...] Campina Grande, em sendo uma cidade do interior, é equivalente a capital [...]. Essa situação, explicou ele, é mantida por ser a “Rainha da Borborema” [Campina Grande] um centro irradiador de progresso para todo o Estado [...] (O DIÁRIO DA BORBOREMA, 01/02/1980).

Percebemos, portanto, um discurso de grandeza presente na imprensa sobre a cidade, não somente na imprensa, mas estes discursos também estão postos de outras formas, como na escrita da história da cidade feita pelos primeiros escritores que o fizeram, conforme discutido no capítulo anterior, na produção imagética da cidade do “maior” São João do Mundo, capital do trabalho e Liverpool brasileira, nas produções artísticas, dentre outras formas de produzir discursos de grandeza sobre a cidade.

Ainda sobre o período de 1980, em entrevista concedida ao projeto do autor, o colaborador de pseudônimo Antônio³, que residia na cidade neste momento, destaca que no período de gestão “de Ronaldo⁴, ele colocou umas cabines quadradas, imitando aquelas cabines quadradas de Londres, ele reformou as praças, [...] deu um ar de modernidade, embora fossem obras mais pontuais”. Sobre estas cabines e este período, a colaboradora Maria do Socorro, que também nos concedeu uma entrevista, destaca que

tinha a Telemar, a Telemar era ali onde é a Oi, hoje em dia é onde é a Oi; aí ali na Telemar tinha um monte de cabine, porque nessa época não existia celular, era só orelhão, aí quem quisesse ter mais privacidade, aí pagava a ligação, aí ia para as cabines, cada um ia para uma cabine e ligava para o seu destino, para quem você queria, principalmente interurbano [...]. Aí ficava cada um numa cabine, aí se tivesse muita gente esperando, as pessoas ficavam esperando, quando as cabines iam desocupando as pessoas iam ocupando.

Quando perguntada sobre a presença de prédios, a colaboradora afirma: “Eu só me lembro desses três⁵... não, tinha aquele, o Edifício Prata né. Mas assim, os edifícios maiores eram o Rique, o Palomo e o Lucas”, quando questionada sobre a presença dos prédios nos bairros a colaboradora afirma que não existia prédios, “como hoje em dia tem o Alto Branco, a Liberdade, o Catolé, não existia não, não tinha não, isso aí foi tudo feito depois”.

Sobre o início da verticalização em Campina Grande, Antônio afirma que está ainda

era uma cidade basicamente horizontal, a gente dizia que Campina Grande tinha dois prédios: o edifício Lucas e o edifício Rique. Para nós, aqueles

³ Utilizou-se pseudônimo para resguardar a identidade do autor, uma vez que este se sentiu inseguro após a entrevista em relação a algumas informações prestadas.

⁴ Ronaldo Cunha Lima, gestor municipal nos períodos entre janeiro e março de 1969; e entre 1983 e 1988.

⁵ Os edifícios O Rique, O Palomo e O Lucas.

prédios eram exemplos de arranha-céu, porque, de fato, quando eles foram construídos (que um empresário construiu um e aí o outro empresário que era concorrente, que era inimigo, fez o ouro maior) quando eles foram construídos, numa cidade do Nordeste, do interior do Nordeste, aquilo ali era uma coisa impensável, era um símbolo de modernidade, Campina Grande era uma pequena São Paulo, uma pequena Nova Iorque, então, não havia prédio mais altos.

No entanto, Maria do Socorro chama atenção para não perdermos de vista que, Campina Grande já era grande nesse período, que depois cresceu muito, mas que nesse período já era grande. Conforme comentou Geraldino Duda, tratava-se de uma cidade industrial; nesse sentido a colaboradora Maria do Socorro faz este adendo.

Após a reabertura política, em 1985, as cidades criaram projetos de desenvolvimento, dentre estes destacamos os planos diretores das cidades, em que “a determinação constitucional [...] definia esse plano como o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, aprovado pela Câmara Municipal e obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes” (BONATES, 2010, online). A partir disto, o processo de verticalização em Campina Grande se intensifica, a partir do Plano Diretor da cidade publicado em 1996, em cumprimento da Lei nº 3.236, abrindo espaço para a indústria do “bem morar”, representada pelas construtoras e imobiliárias.

Campina Grande: A cidade (vertical) do século XXI

A partir do Plano Diretor de 1996 percebemos um projeto de cidade conduzido por ideais de “desenvolvimento”. Em delimitação de zonas de ocupação da cidade, o Plano Diretor a divide entre Zona Urbana e Zona Rural, sendo a Zona Urbana subdividida entre Zonas Adensáveis, Zonas de Ocupação Indicada, Zonas Não Adensáveis e Zonas de Expansão; com o objetivo de estabelecer uma “ordenação do uso e ocupação do solo, no sentido de compatibilizar o crescimento do Município com a infraestrutura disponível, inclusive, sistema viário e transportes, racionalizando a apropriação dos investimentos coletivos” (Plano Diretor de Campina Grande, 1996, p. 3, grifo nosso).

A partir de então, o mercado imobiliário teve uma forte atuação na ocupação do solo urbano, inclusive redefinindo zonas edificáveis, até que em 2006 o Plano Diretor da cidade é atualizado pela Lei Complementar nº 003, a partir do processo de verticalização em curso e

da criação do Estatuto da Cidade, em 2001.

Nesta atualização, o Plano Diretor define que:

Art. 15. São objetivos da Zona de Qualificação Urbana: I – ordenar o adensamento construtivo, permitindo o adensamento populacional onde este ainda for possível, como forma de aproveitar a infraestrutura disponível; [...].
Art. 19. São objetivos da Zona de Recuperação Urbana: [...] IV – incentivar a construção de novas habitações de interesse social;
Art. 20. A Zona de Expansão Urbana é aquela onde o uso e a ocupação do solo destinam-se ao crescimento da cidade. (Plano Diretor de Campina Grande, 2006, s/p).

O parágrafo único do artigo 21 ainda define que “o direcionamento previsto no caput deste artigo não exime o Poder Público municipal de prover de condições necessárias à ocupação urbana outras áreas geográficas da cidade” (Plano Diretor de Campina Grande, 2006, s/p), o que sugere pensar que a expansão urbana a partir da construção civil significava crescimento e desenvolvimento, que se confirma nos artigos terceiro e quarto do Plano:

Art. 3º O Plano Diretor estabelece ações para a estruturação do espaço urbano, visando ao desenvolvimento integrado entre a área urbana e rural do território do Município.

Art. 4º O Plano Diretor constitui instrumento fundamental para a implementação da política de desenvolvimento urbano municipal, ao qual devem adequar-se o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município. (Plano Diretor de Campina Grande, 2006, s/p, grifo nosso).

A redação do Plano apresenta frequentemente palavras como “progresso”, “desenvolvimento”, “crescimento”, dando um indicativo de que este documento visava materializar um projeto ousado de crescimento urbano, conforme trecho abaixo:

Art. 10. A gestão urbana do Município de Campina Grande tem os seguintes objetivos gerais: [...] XI – a aplicação dos instrumentos urbanísticos e tributários para fomentar o pleno desenvolvimento do Município e para que a cidade e a propriedade cumpram as suas funções sociais. (Plano Diretor de Campina Grande, 2006, s/p, grifo nosso).

O artigo 22 ainda define que,

acompanhando o progresso da cidade, os Poderes Públicos municipal, estadual e federal, cada um em sua esfera de competência, proverão as citadas áreas de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades econômicas e dos serviços públicos, através da implantação de saneamento ambiental, energia elétrica, equipamentos públicos de educação, saúde, lazer, cultura, transporte público, assistência social e segurança. (Plano Diretor de Campina Grande, 2006, s/p, grifo nosso).

A atualização do Plano Diretor também estabelece uma política de modernização dos meios de produção industriais, os quais se insere a indústria da construção civil. Neste sentido, o Plano estabelece que

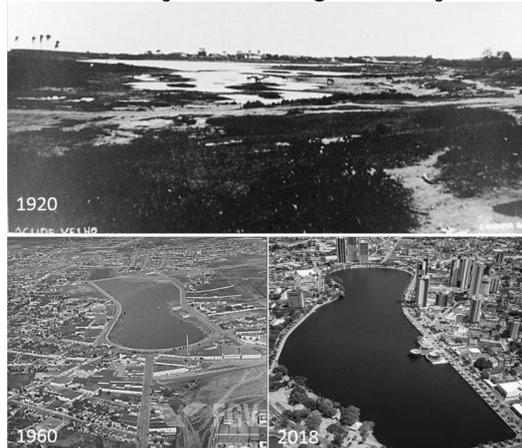
Art. 123. A Política Municipal de Gestão Urbana para o desenvolvimento econômico observará as seguintes diretrizes: [...] III – a compatibilização do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico com a proteção do meio ambiente.

Art. 124. São objetivos da Política Municipal de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico: [...] VI – incentivar a qualidade e a produtividade no Município, bem como a produção de pesquisas, monografias e teses sobre o desenvolvimento do Município; [...] IX – incentivar o surgimento de microempresas e a promoção da assistência tecnológica necessária ao seu desenvolvimento. (Plano Diretor de Campina Grande, 2006, s/p, grifo nosso).

Percebemos, portanto, o desenvolvimento e o progresso enquanto partes de projeto para a cidade, bem como, a presença dos setores da política e da economia enquanto agentes ativos deste projeto, representados pela gestão municipal e da indústria do “bem morar”. De acordo com os idealizadores do Plano, este pode ser conceituado como “o conjunto de normas e diretrizes técnicas, reunidas para o desenvolvimento global do Município, conforme almejado pela comunidade local, sob os aspectos físico, social, econômico, ambiental, cultural e administrativo” (Plano Diretor de Campina Grande, 2006, s/p).

A partir disto, o processo de verticalização em Campina Grande se intensifica, movimentando a indústria do “bem morar”, representada pelas construtoras e imobiliárias. A primeira região à qual destacamos neste contexto de efervescência da verticalização da cidade é uma das principais regiões da cidade, sendo inclusive cartão postal desta, trata-se do Açude Velho. A partir da figura a seguir percebemos o quanto a região se verticalizou.

Figura 4 - Evolução cronológica do Açude Velho



Fonte: Sander, Ferreira, Carvalho, Filho (2019).

Conforme observado, o Açude Velho no século XXI - a partir da fotografia de 2018, é uma área completamente vertical, com o céu rasgado por edifícios em primeiro e segundo plano, completamente diferente das fotografias anteriores. Abaixo podemos ver diferentes ângulos da região em 2012:

Figura 5 - Açude Velho em 2012



Fonte: Internet. Disponível em <<https://pt.foursquare.com/v/a%C3%A7ude-velho/4c79d7b7278eb71300b85580/photos>> Acesso em 26/8/2021.

Figura 6 - Açude Velho em 2012



Fonte: Internet. Disponível em <<https://pt.foursquare.com/v/a%C3%A7ude-velho/4c79d7b7278eb71300b85580/photos>> Acesso em 26/8/2021.

Figura 7 - Açude Velho em 2012



Fonte: Internet. Disponível em <<https://pt.foursquare.com/v/a%C3%A7ude-velho/4c79d7b7278eb71300b85580/photos>> Acesso em 13/12/2019.

Conforme observamos, e apenas dezesseis anos após a publicação do Plano Diretor, a região do entorno do Açude já possuía grandes construções concluídas e um céu tomado por edifícios, tanto em primeiro plano quanto ao fundo das fotografias. Destacamos que esta é apenas uma parte do açude, pois neste período a cidade estava em fins do seu maior período de verticalização (entre 2007 e 2012), conforme discutido na introdução deste trabalho.

Outro lugar que merece destaque é a região onde hoje se localiza o Partage Shopping.

Originalmente, com o nome de Shopping Iguatemi, em 2008 mudou o nome para Boulevard Shopping, mudando novamente em 2014 para Partage Shopping, nome que permanece até os dias atuais. Para além do nome, nos últimos anos o shopping sofreu várias reformas estruturais, adequando-se aos padrões de shopping center de outras capitais nordestinas.

Figura 8 - Início da construção do Shopping Iguatemi (1997)



Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com/search/label/FOTOS%20HIST%C3%93RICAS?updated-max=2016-10-04T08:00:00-03:00&max-results=20&start=58&by-date=false#.XI3ZrihKjIU> Acesso em 26/8/2021.

Figura 9 - Shopping Boulevard em 2010



Fonte: Internet. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/hellohellenn/5574466018/in/photostream/> Acesso em 26/8/2021.

Analisando as fotografias percebemos ao fundo esquerdo da imagem 9 o início de um processo de verticalização que, para além dos recortes deste projeto, cresce exponencialmente, tornando a região do shopping uma das mais verticalizadas da cidade dos últimos anos e com uma especulação imobiliária que tornou esta região um dos metros quadrados mais caros da cidade.

As figuras sugerem a ideia de pensar a verticalização enquanto um novo símbolo de desenvolvimento e progresso dos limites atuais de modernidade, bem como associados à ideia de desenvolvimento econômico, com o destaque para o curto espaço de tempo em que este projeto cresce na cidade e o espaço que a indústria do “bem morar” ganha na cidade.

Em outros pontos da cidade também percebemos a presença da verticalização como

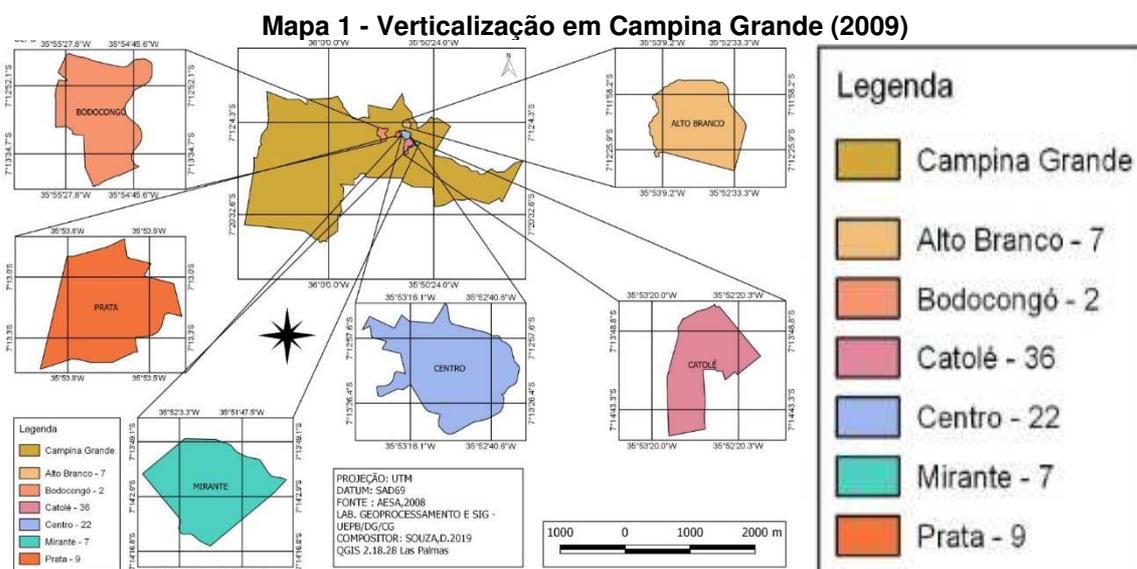
um símbolo presente nesta nova cidade do século XXI, em comparação à paisagem da cidade na segunda metade do século XX, a exemplo das mediações do Colégio Estadual da Prata, conforme imagem a seguir:

Figura 10 - Bairro da Prata em 2012



Fonte: Internet. Disponível em <<https://pt.foursquare.com/v/prata/4ea48757b6347b9968acba5b?openPhotoid=511006fee4b04f29e9f39be5>> Acesso em 26/8/2021.

O bairro da Prata é um lugar de destaque ao se falar sobre verticalização urbana em Campina Grande, sobretudo no período de maior efervescência (2007-2012). No ano de 2009 o bairro já era o terceiro da cidade em maior número de condomínios, conforme mapa abaixo:



Fonte: Dados obtidos a partir do trabalho de Barbosa (2009, adaptado).

Conforme apresenta o mapa, o bairro do Catolé se apresenta em disparidade no número de edifícios construídos, com 36; seguido do centro da cidade, com 22; do bairro da Prata, com 9; Alto Branco e Mirante, com 7, respectivamente; e do bairro de Bodocongó, com 2. Salientamos que estes dados são antigos, neste sentido, os números nos dias atuais provavelmente estão multiplicados.

Considerações finais

Percebemos, portanto, que a verticalização urbana se apresenta enquanto um símbolo de modernidade cidadão associado a interesses políticos e econômicos, considerando as aproximações da cidade com tudo que é moderno e os discursos de grandeza produzidos historicamente sobre a cidade. Vimos ainda o início do processo de verticalização urbana de Campina Grande enquanto projeto de urbanização e desenvolvimento cidadão, a partir da construção dos primeiros prédios, da atuação da imprensa, da presença de engenheiros civis na cidade e de uma elite engajada com os discursos de “progresso”, bem como, de mecanismos legais que estimularam a construção civil na cidade, sobretudo a partir dos anos 1990, como a criação do Plano Diretor de 1996 e sua atualização em 2006.

Com o passar das décadas, podemos contemplar uma cidade do século XXI completamente diferente daquela analisada da década de 1970, por exemplo, com um desenvolvimento sem precedentes na construção civil, que rasgou os prédios da cidade com edifícios cada vez maiores. As fotografias apresentadas confirmam a efervescência deste processo após o Plano Diretor de 1996, processo este com o pontapé inicial dado por Austro França. Os discursos de grandeza construídos sobre Campina Grande ainda sugeriram a interpretação de que a verticalização da cidade se inseria enquanto uma necessidade da urbe.

Percebemos ainda o uso do solo enquanto palco de afirmação do homem, como lembra Le Goff (1998), mas também fortemente marcado por interesses mercadológicos. A ideia de ir em direção ao céu, conforme afirma o referido autor, sugere também um discurso de poder simbólico impresso na verticalização, imprimindo uma ideia de que crescer é progredir, é estar acima.

Referências

- ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Paraíba do Norte: Trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: **A Paraíba no Império e na República: Estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Ideia, 2003.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BONATES, Mariana Fialho. Leis que (des)orientam o processo de verticalização: Transformações urbanas em Campina Grande à revelia da legislação urbanística. In: **Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica**. Buenos Aires, 2010, online <<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/517.htm>>
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador: Uma história dos costumes**, v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: Conversações com Jean Lebrun**. Reginaldo Carmello Correa de Moraes (trad). São Paulo: UNESP, 1998.

NASH, Roderick. Environmental history. In: Herbert J. Bass (Ed.). **The state of American history**. Chicago: Quadrangle Press, 1970.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.27, n.53, 2007.

REZENDE, Antônio de Paulo. **(Dês) Encantos Modernos**: História da cidade do Recife na década de vinte. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1992.

SOUZA, Felipe Cardoso de. **Monumentos do progresso**: A verticalização urbana de Campina Grande/PB e seus impactos socioambientais (1996-2012). Beau Bassin: Novas Edições Acadêmicas, 2020.

WORSTER, Donald. Para fazer História ambiental. In: **Estudos Históricos**, vl.4, n.8. Rio de Janeiro, 1991.